

● JUSTIÇA

CENTRO EDUCATIVO COM EM ESPAÇO MULTIDISCIPLINAR

Ministra da Justiça admite entendimento com o Governo Regional sobre o destino a dar ao equipamento no Santo da Serra

ORLANDO DRUMOND
odrumond@dnoticias.pt

O inactivo Centro Educativo da Madeira, localizado no Santo da Serra, vai ser reconvertido num Centro Multidisciplinar com as valências da educação e da promoção e protecção de crianças e jovens. Revelação feita pela ministra da Justiça, Francisca Van Dunem, à margem da longa cerimónia de inauguração das obras de beneficiação do Palácio da Justiça, ocorrida ontem à tarde.

A ministra confirmou que o assunto havia sido tema de conversa ao almoço com a secretária regional da Inclusão e Assuntos Sociais, Rubina Leal, salientando a mútua “preocupação” em converter aquele espaço numa solução que tenha utilidade.

“Neste momento estamos a caminhar para um modelo, não como Centro Educativo, porque aparentemente não há na Madeira um número de crianças e jovens suficientes para ser um Centro Educativo, mas como Centro Multidisciplinar que albergue a área educativa e de promoção e protecção”, admitiu. Sustentou contudo que ainda “não há data prevista para a reabertura”, até porque, justificou, “a secretária regional vai agora trabalhar nisto com o director-geral de Reinserção e Serviços Prisionais”, que é quem tem a tutela do espaço em causa.

Já em relação às alterações introduzidas na Reforma do Mapa Judiciário, esclareceu que “não se tratou de desfazer o que estava feito no Mapa Judiciário, mas sim fazer alterações correctivas”, a este propósito deixou ainda claro

nada ter contra os princípios estruturantes do Mapa Judiciário, que considera ter sido “uma boa resposta às necessidades que existiam”, daí as mexidas pontuais, porque “aquilo que é discutível é a forma como o modelo foi operacionalizado em alguns contextos”, apontou. Daí as correcções introduzidas, assegurando que os tribunais reactivados estão a funcionar, ou seja, a praticar actos judiciais.

Francisca Van Dunem falava no final da demorada visita às instalações e logo após descerrar a última placa, colocada no hall de entrada do Tribunal, onde além do seu nome, consta apenas o do presidente da Câmara Municipal do Funchal (proprietária do imóvel). Acto que já não foi testemunhado pelo presidente do Governo Regional, que entretanto ausentou-se.

Muito antes, na lotada sala de audiências agora baptizada com o nome do juiz-desembargador Ferreira Neto (também presente), um das quatro homenageados, decorreu a sessão solene. Cerimónia com mais de uma hora de discursos (5).

Destaque para o anfitrião juiz presidente do Tribunal Judicial da Comarca da Madeira, Paulo Barreto, que aproveitou a ocasião para “o reconhecimento sentido e merecido”, por entender que naquele acto seria “desajustado reivindicar fosse o que fosse”. Desdobrou-se por isso em palavras de elogios a quase todas as entidades presentes. Aproveitou ainda para abrir as portas do Palácio da Justiça à realização de eventos que a CMF queira ali organizar.

Já a ministra da Justiça lembrou



Ministra da Justiça inaugurou as obras de beneficiação do Palácio da Justiça. FOTOS ASPRESS

Van Dunem admite “espaços de dificuldade”

A ministra da Justiça, Francisca Van Dunem, disse que o sector assinala “espaços de dificuldade” e “vozes que apelam àquilo que corre mal” e defendeu a necessidade de um pacto capaz de ultrapassar uma legislatura.

“O meu sentido de pacto [para a Justiça] é de um consenso sobre questões essenciais, um consenso transversal e que seja capaz de ultrapassar uma legislatura”, afirmou a governante, na sequência de uma audiência com o representante da República para a Madeira. Francisca Van Dunem sublinhou que o pacto deve ainda fixar entre os intervenientes da Justiça um “conjunto de orientações e de políti-



cas persistentes” que seja possível de seguir, acompanhar e monitorizar. “Na área da Justiça, nós temos o hábito de tomar medidas, algumas delas avulsas. Não temos políticas e quando as temos não as avaliamos”, declarou, vincando a necessidade de parar para pensar no que é essencial.

A ministra reconheceu, por outro lado, que é fundamental equacionar um novo modelo para garantir um melhor acesso dos cidadãos à Justiça. “Do ponto de vista financeiro, temos de encontrar um modelo de sustentabilidade, que pode passar pelo aumento daquilo que são as receitas gerais, o que significa impostos”, disse Francisca Van Dunem,

INVERTIDO DISCIPLINAR



PLACA QUE ASSINALA A INAUGURAÇÃO TEM O NOME DE PAULO CAFÔFO (CMF)

os 18 meses de trabalho e os 2,5 milhões de euros investidos para vincar que “apesar de todos os constrangimentos financeiros é importante que as instalações dos tribunais reflectam uma imagem coe-recente com a dignidade da sua função constitucional”. Daí o regozijo pela “importantíssima obra de beneficiação que envolveu uma reformulação profunda” do Palácio da Justiça, nesta que foi uma empreitada que “cruzou três governos e duas legislaturas”, lembrou a ministra.

Aproveitou também para lembrar alguns indicadores relativos ao desempenho da justiça e reafirmou a intenção de “reduzir ao indispensável as iniciativas legislativas” neste âmbito.

A governante com a pasta da Justiça revelou ainda que se encontrava de férias no Funchal quando ocorreram os incêndios de Agosto. Elogiou a “coragem da união” que disse ter testemunhado, que concretizou invocando um poema de Tolentino Mendonça.

AUDIÊNCIA

faça jus àquilo que há efectivamente de energia, de vitalidade, de capacidade de responder”, disse.

Na receção à ministra da Justiça, o representante da República para a Madeira, Ireneu Barreto, salientou, por seu lado, que compete aos agentes do sector conseguir uma justiça mais célere, num contexto marcado pela crescente complexidade dos sistemas financeiros, a crise dos quadros políticos tradicionais, as dificuldades das finanças públicas e a proliferação das redes informáticas. “Parece claro que, actualmente, prevalecem alguns consensos sobre as imperfeições do sistema judicial e as possíveis soluções para as superar”.

SOCIAL



Almoço oferecido pelo Representante da República

O Representante da República, Juiz Conselheiro Ireneu Barreto, recebeu ontem o presidente do Supremo Tribunal de Justiça, Conselheiro Henriques Gaspar, a Ministra da Justiça, Conselheira Francisca Van Dunem e a Procuradora-Geral da República, Conselheira Joana Marques Vidal, para apresentação de cumprimentos no Palácio de São Lourenço onde foi organizado um almoço.

FOTOS RUI SILVA/ASPRESS



acrescentando que a questão tem de ser “muito ponderada”. A governante disse ainda que é necessário neutralizar os “espaços de dificuldade” que geram problemas no acesso à Justiça. “Nós temos a ideia de que a justiça funciona mal, a percepção de que está tudo parado, que há grandes zonas de estrangulamento”, afirmou, vincando que esta situação é gerada no interior do próprio sistema. “Eu diria que muitas, muitas vezes, as vozes que se ouvem no interior da Justiça são sistematicamente vozes que fazem apenas apelo àquilo que corre mal e não ajudam a criar em torno da justiça um ambiente que lhe seja justo, um ambiente que